

RIZOMAS ENTRE HISTÓRIA, MEMÓRIA E RETÓRICA: A Fabricação historiográfica do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1858)

Thiago Alves Nunes Rodrigues Tavares - thiagohist@hotmail.com

HISTÓRIA / MEMÓRIA / RETÓRICA

Complexos são os procedimentos que regem a construção das representações do pretérito sob a forma narrativa. Lutas pelo discurso, pelo poder, vontade de poder, engajamento, memórias, troponímia, retrodicção. São estes, apenas alguns dos elementos alojados nas representações narrativas do passado. Elementos que tornam labiríntica a reflexão sobre esta categoria discursiva que tem por referencial, salvar da voragem dos tempos os feitos de seus agentes, como propôs Heródoto: *“o propósito de sua empresa é preservar aquilo que deve sua existência aos homens (...) para que o tempo não o oblitere, e prestar-se aos extraordinários e gloriosos feitos dos gregos e bárbaros, louvor suficiente para assegurar-lhes a evocação pela posteridade, fazendo assim sua glória brilhar através dos séculos.”* (Arendt:1987; 70); quer sejam estes agentes indivíduos, instituições ou grupos.

Refletir então sobre a construção e representação desta categoria discursiva que *a priori*, tem por lastro de sua prática, imortalizar os feitos de seus agentes, quer sejam eles, *“gregos ou bárbaros”*, apresenta-se, como tarefa no mínimo escorregadia.

Freqüentemente, deparamo-nos com formas desterritorializadas¹ deste gênero narrativo proposto por Heródoto, o qual conhecemos por História. Acreditamos que a mais freqüente desterritorialização deste discurso com vistas à imortalidade dos feitos humanos, colocado em curso por Heródoto, seja a história em seu devir memória, ou seja, uma construção acerca do passado realizada, a partir de escolhas movidas pelos interesses e afetos² e que nos é apresentada –e que certamente já o fizemos- como se fosse a própria história, a qual acreditamos que esteja para além de todas as representações³ que possamos materializar; o

que não quer dizer que a produção do conhecimento histórico esteja desvinculada da busca e representação da verdade dos eventos pretéritos, como propõe os “Inquisidores da História” em sua tendência a igualar as representações históricas ao gênero narrativo ficcional, ou ainda à retórica, teses desenvolvidas a partir das reflexões de Barthes e White⁴.

Operam nestes processos de construção da memória, apresentada como a própria História, a seleção, a parcialidade, os procedimentos de interdição⁵, os interesses. Uma desterritorialização não só referente à parcialidade, a inexpurgável, com que é construída a memória em seu devir história, mas ainda aos usos propostos para este discurso, usos e abusos do discurso que pretende immortalizar, sendo confundida por vezes a história com um determinado tipo de retórica, aquela que tem por fim o consenso, a sedução por “belas palavras”. Somos desta maneira, levados a trilhar, em defesa de nosso *metier*, labirintos onde são estabelecidos aquilo que propõe Gilles Deleuze, “rizomas”⁶, as relações e ressonâncias entre a história, a memória e a retórica.

Caso emblemático para que possamos referenciar, colocar em terra a reflexão ora proposta, referente às imbricações entre história, memória e retórica, é a fabricação do *establishment* histórico nacional; o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), instituição responsável pela construção de uma de uma narrativa onde a memória é territorializada como história na construção de uma narrativa com *status* de verdade legitimadora para o Estado outorgado à nação em 1822, o qual apresenta-se ao longo de sua diacronia, como uma “singularidade continental”, como propõe Nelson Werneck Sodré (Sodré: 2002; 278).

Certamente, não era uma singularidade que o Brasil aspirava ser, nem para si, nem para os outros, quer sejam Estados, nações, ou indivíduos.

Mas por que a rotulação proposta por Sodré? Uma singularidade? Vejamos: a contar do ano de 1808, as práticas aqui desenvolvidas, na América-portuguesa, não nos permitem o enquadramento sob a categoria de colônia, tanto no que diz respeito às práticas

administrativas, quanto econômicas. O cunho singular de nossa condição ainda persiste sob a categoria de Reino Unido, pois um Reino sem rei próprio. Quando da independência, somos “libertados” pelo herdeiro da coroa metropolitana e conseqüentemente, das possessões territoriais pertencentes àquela casa, a dos Bragança. Bestializados, passamos a ser brasileiros -ou seríamos portugueses-americanos? Reféns de um Estado nacional que não havia sido uma aspiração nacional, e sim um arranjo outorgado à nação, esta, entendida como pertencimento as uma territorialidade estabelecida, o Estado, em nome da salvaguarda de interesses de latifundiários e comerciantes de grosso trato da colônia; sendo então a adesão das províncias a Pedro I, resultado, em boa parte, de uma barganha em nome de um pacto norteador das práticas políticas Imperiais, o Constitucionalismo Liberal. Pacto malgrado frente às práticas de cunho absolutista que se seguem ao Fechamento da Assembléia Geral em, 1823, e ainda, a outorga da carta de 1824. Toda esta encenação do poder sendo enredada em meio à conturbada América, palco de constantes movimentos autonomistas de cunho republicano e caudilhesco, avessos às representações e representantes do *ancien regime*.

Certamente, uma singularidade. Um império na América, outorgado pelo herdeiro da metrópole dicto de práticas absolutistas. Uma ameaça às ameaçadoras e bárbaras repúblicas vizinhas do civilizado império brasileiro, tido por representante das luzes européias na América –ou nas trevas. Situação muito próxima das desenvolvidas pelo personagem pirandelliano frente à imagem que sua esposa, seus concidadãos, o mundo faziam dele próprio, o qual era visto como Moscarda, Gengê, ou como um usurário: “*Logo me dei conta, depois que a minha mulher fez a descoberta, de que todos deveriam conhecer aqueles meus defeitos corporais e certamente não notavam em mim outra coisa.*” (Pirandello: 2001;24). Era necessário “fugir” a esta rotulação de singularidade, criar uma imagem, uma representação de si para o mundo.

Características singulares que não se restringem apenas ao que diz respeito à estrutura e às práticas de poder engendradas quer seja na “colônia”, ou no “Reino Unido”, mas estendendo-se esta singularidade ainda, às práticas econômicas de cunho liberal baseadas no

trabalho servil. Um representante das luzes de práticas bárbaras. Ser e não ser. Uma “condição pós-moderna” em pleno século XIX.

Passado este conturbado período, de ação e reação dos preceitos liberais às práticas absolutistas e do absolutismo aos preceitos liberais, chega ao ápice a insustentável situação do Imperador frente à contestação de sua regência de caráter absolutista. É chegada a hora considerada pela historiografia corrente, como o evento que marca a evolução natural da autonomia do Império Tropical, o 7 de abril.

Tornamo-nos um império sem imperador. Somos então administrados por grupos que lutaram contra as práticas reacionárias e absolutistas de Pedro I, mas que ao longo do processo de reconstituição administrativa do Estado, e posterior exercício do poder de mando, mostram-se tão reacionárias e autoritárias quanto o Imperador deposto. Realizam um movimento de deposição do monarca, enquanto “encubavam” outro, Pedro II. É neste período de “encubação” do império e do futuro imperador que se assume a tarefa definir, objetivar, prática cara à cultura historiográfica oitocentista, o que era e o que não era o Império Tropical, estabelecer uma ancoragem de seu caráter, ou como supomos atualmente, uma identidade.

Para criar uma imagem lastreada acerca de sua representação, de sua identidade, definir-se frente à sociedade, o personagem pirandelliano, Vitangelo Moscada, decide fazer a doação de uma casa a um inquilino que todos pensavam que seria despejado. Não é mais visto como usurário, mas surge uma nova identidade para o personagem, o louco. O Império brasileiro, também pretende criar uma imagem para si, que não a de singularidade continental.

O Império fabrica para a realização desta tarefa, a de criar uma representação, uma verdade⁷ sobre si, como propõe Deleuze, seus intercessores, sob forma institucional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro⁸, responsável pela criação de uma narrativa histórica, pretensão que se mostra evidente desde a fabricação deste intercessor⁹, mas que viria a ser materializada apenas na década de 50 do século XIX, sob a pena de Francisco Adolfo de Varnhagen¹⁰, este, um elo da cadeia de intercessores fabricados pelo Império via saquaremas.

Deveria servir esta memória nacional¹¹, como se referiam os ilustrados do Instituto, como um lastro do caráter nacional –uma identidade-, que operasse na construção tanto interna, como externa, de uma imagem da brasilidade. Ser conhecido e fazer-se conhecer¹². Em âmbito externo, deveria esta narrativa, fazer as vezes de uma “carta de apresentação” para que a singularidade continental pudesse unir-ser “*ao conjunto de nações civilizadas de matriz européia, embora nos trópicos, e na tentativa de firmá-la como a herdeira de um processo colonizador que elevou o reino de Portugal ao status de pioneiro na expansão dos valores ocidentais pelo “novo” mundo.*” (Neves,: 2000); em âmbito interno, deveria ser esta memória em seu devir história, ser um referencial instituinte de práticas úteis ao engrandecimento da nação, uma História capaz de ser utilizada retoricamente, em sua dimensão deliberativa -um *paradeigma*, como propõe Aristóteles, na construção de um sentimento de pertença a um grupo, uma comunidade ainda que imaginada, uma nação, baseada em tradições culturais comuns e lembranças que deveriam ser possuídas coletivamente. Realizaria então esta narrativa histórica, aquilo que a independência, nem as armas haviam conseguido fazer até então, a construção de uma “nação brasileira”¹³.

Uma história construída pragmaticamente, com finalidades que se apresentam como uma deturpação, um tropo da proposição de Heródoto, a de “*imortalizar os feitos de gregos e bárbaros*”, pois nem todos os feitos, segundo os procedimentos de exclusão adotados pelo Instituto, deveriam ser imortalizados, apenas aqueles selecionados, aqueles dignos de orientarem as práticas para o engrandecimento nacional deveriam ser narrados, num claro procedimento, onde fazem rizoma a história, a retórica, e a memória. A história em seu devir memória, a memória em seu devir retórico, a história em seus devir retórico.

Ocorre, dentro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, freqüentemente, a desterritorialização de uma narrativa lastreada pela imparcialidade aspirada por Heródoto; a História propriamente dita, sendo territorializada no âmbito da memória, pois deveriam ser imortalizados apenas os feitos de “*varões preclaros de excelentes qualidades*”, os quais

deveriam ser acessados via documentação coligida e metodizada pelo IHGB. Institucionalmente, a memória se confundia com a própria História, a memória em seu devir historia, a qual viria a ser utilizada como discurso retórico na construção da nação. Usos e devires caros ao pragmatismo historiográfico do oitocentos, a instituição de um imaginário cirurgicamente construído.

Outras “histórias”, algumas até com edições em países estrangeiros, circulavam no Brasil à época da fabricação do IHGB¹⁴; como as de Robert Southey e John Armitage, mas não superavam as barreiras, os procedimentos de interdição e exclusão estabelecidos pelo Instituto¹⁵; procedimentos referentes aos conteúdos, à forma, a urdidura sob a qual esta história deveria ser escrita, ou melhor dizendo, construída.

Não se tratava de qualquer narrativa, mas de uma constituída a partir de procedimentos de validação do discurso histórico, sincrônicos ao século XIX, que estivesse como propõe Foucault, dentro da verdade, na ordem do discurso, criada a partir de pesquisas e embasadas em fragmentos de passado, os documentos, os quais o IHGB tinha por objetivo, “*colligir e methodizar os documentos históricos e geográficos interessantes à história do Brazil.*”(RIHGB, 1839, T.I: 6).

Havia uma lacuna na cadeia de intercessores. Varnhagen e sua História Geral do Brasil, suprem esta vaga.

Supõe a historiografia corrente, que Francisco Adolfo de Varnhagen, seja o Heródoto brasileiro, nosso primeiro historiador assumindo a corrente reflexão historiográfica, uma postura de gênese, frente à publicação de História Geral do Brasil.

Acreditamos, seguindo as reflexões de Deleuze, que não se trata de ser o início da produção historiográfica nacional, o que efetivamente não é, mas a reflexão que consideramos como profícua, é o que faz com que a obra maior de Varnhagen, seja tomada como parte da cadeia de intercessores do Império? O que faz com que ela seja colocada em órbita?

Segundo reflexões propostas por estudiosos da história de nossa história, a obra de Varnhagen, é a mais bem documentada, a mais completa, a mais fiel, construída de acordo com rigorosos procedimentos de validação do conhecimento histórico oitocentista, mas acreditamos que tais características, apenas façam com que elas estejam, como propõe Foucault, “dentro da verdade”, dos procedimentos correntes de construção do conhecimento histórico oitocentista. Southey e Armitage, também o estavam. Inegavelmente, são aspectos que devem ser considerados de relevância, mas não como sendo o principal para que este intercessor coisa –livro- fosse colocado em órbita.

Acreditamos que a urdidura do enredo, o como se fala, marcado por um tom epopéico, sejam reveladores para que possamos compreender a primazia de História Geral do Brasil sobre as demais narrativas veiculadas à época. Urdida então, sob forma capaz de empolgar, de instituir de práticas, como o amor à pátria, realizar um trabalho simbólico no desenvolvimento de um sentimento de nacionalidade, salientava as atitudes de “varões preclaros” e seus feitos como verdadeiros exemplos a serem seguidos, julgava aqueles e aquilo que não contribuíssem para a grandeza do Império Brasileiro, e ainda apresentava um caráter fortemente laudatório para com a casa dos Bragança, com a pessoa e autoridade do Imperador Pedro II, pode-se então constatar, que os três tipos de retórica propostas por Aristóteles, encontram-se expressas no intercessor do império, a deliberativa, enquanto História Geral do Brasil, apresentando-se como um referencial de bem proceder aos brasileiros, a epidictica, ao legitimar e enaltecer o governo monárquico e posteriormente “monarchico constitucional brasileiro”, e ainda no que se refere aos entimemas, os quais são parte constitutiva da obra de materialização de História Geral do Brasil, pois certamente, Varnhagen, assim como nós, não teve acesso ao passado integral, mas a partes deste passado. Tornando-se então necessário, que o intercessor do império, se pautasse para a supressão destas lacunas documentais, no verossímil, num campo de possibilidade historicamente determinado, *eikos*, como propõe Aristóteles, procedimento rotulado por Paul Veyne (Veyne:1998; 118), como retrodicção.

¹ Ver sobre o assunto, Deleuze: 1995; 18-9

² Para Guimarães, a: “*Memória, que como todo exercício de lembrança, procede a escolhas a partir de um jogo complexo em que o lembrar supõe necessariamente, o esquecer. O esquecer entendido não como um ato de falta de lembrança, mas como procedimento social que se inscreve em toda cultura histórica.*” (Guimarães: 2003;10)

³ Para Baczko, “*A história verdadeira e real dos homens esta para além das representações que estes tem de si próprios e para além de suas crenças, mitos e ilusões.*” (Baczko:1985; 297)

⁴ Seguindo as reflexões propostas por Ginzburg, “*(...) a historiografia, assim como a retórica, se propõe unicamente a convencer; o seu fim é a eficácia, , não a verdade; de forma não diversa de um romance, uma obra historiográfica constrói um mundo textual autônomo, que não tem nenhuma relação demonstrável com a realidade extratextual à qual se refere e textos historiográficos e textos de ficção são auto referenciais tendo em vista que estão unidos por uma dimensão retórica.*” (Ginzburg:2002; 48). Seguindo ainda a reflexão de Ginzburg, constatamos que esta retórica à qual pretendem os cépticos enquadrar a historiografia, apresenta-se como um ramo deste tipo de discurso que tem por fim, conquistar o consenso através da sedução por belas palavras, com o intuito de “enganar”; uso retórico caro aos sofistas e à Platão, mas rechaçada por Aristóteles. Ou ainda, co,o propõe o próprio White, para o qual “*as narrativas históricas seriam realmente ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos e cujas formas mais em comum com seus equivalentes na literatura do que seus correspondentes nas ciências.*”, não estando portanto, “*sujeito a controles experimentais ou observacionais.*” (White: 2001;98)

⁵ De acordo com Foucault, constatamos a existência de procedimentos de interdição, que operam nas construções narrativas e discursos, sendo um primeiro grupo constituído por 1- tabu do objeto; 2-ritual da circunstancia; 2-direito privilegiado ou exclusivo de quem fala; os quais cruzam-se incessantemente, formando complexas grades de aceitação ou negação de determinados discursos e narrativas; o segundo grupo compõe-se dos procedimentos de separação e rejeição; e o terceiro, dos procedimentos de rarefação do discurso, a competência discursiva. Ver sobre o assunto, Foucault: 2000.

⁶ Acreditamos que a categoria analítica proposta por Deleuze, o rizoma, seja extremamente profícua para que possamos analisar a dinamicidade dos procedimentos de construção historiográfica. Segundo este filósofo, “*um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo ser, mas o rizoma tem como tecido a conjunção “e...e...e...”*” (Deleuze: 1995;37)

⁷ Consideramos, como propõe o filósofo francês, “*a verdade é uma criação*”; e esta criação, para Deleuze, “*implica que a produção da verdade passa por uma série de operações que consistem em trabalhar uma matéria, uma serie de falsificações no sentido literal*” (DELEUZE, 2000, p.57). Certamente, não se tratava, para os integrantes do IHGB, de criar , a partir do nada, uma verdade criada de forma miraculosa, *wunder-sprung*, mas como propõe o filosofo francês, “*através de uma série de operações*”; operações estas caras às práticas de produção historiográfica oitocentista, onde estavam aliadas a tradição antiquaria dos séculos XVII e XVIII, cientificismo e racionalismo oitocentista para a criação de uma verdade legitimadora do Brasil, um discurso histórico cientificamente construído e pragmaticamente urdido.

⁸ Para Deleuze, “*O essencial são os intercessores. A criação são os intercessores. Sem eles não há obra. Podem ser pessoas –para um filósofo, artistas ou cientistas; para um cientista, filósofos ou artista- mas também coisas, plantas e ate animais, como em Castañeda. Fictícios ou reais, animados ou inanimados, é preciso fabricar seus próprios intercessores. É uma serie,. Se não formamos uma série,mesmo que completamente imaginaria, estamos perdidos(...) eu preciso de meus intercessores para me exprimir(...)*” (Deleuze: 2000; 55)

⁹ De acordo com discurso proferido por Januário da Cunha Barboza em virtude do inicio dos trabalhos do IHGB, constatamos que a aspiração de se construir uma “História para o Brasil”, estava presente desde a abertura do instituto: “*O nosso silencio é repheensível de certo em matéria que tanto afecta a honra da pátria, tem dado ocasião a que os historiadores uns dos outros se copiem propagando-se por isso muitas inexactidões, que deveriam ser imediatamente corrigidas.*”(RIHGB, 1839, T.I:10)

¹⁰ Primeiro volume publicado em 1854, o segundo, em 1857.

¹¹ Ver sobre o assunto, HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva.São Paulo, Ed, Vértice, 1990.

¹² *Eis-vos hoje congregados para encetarmos os trabalhos do proposto IHGB e desta sorte mostrarmos ás nações cultas que também prezamos a glória da pátria, propondo-nos a concentrar , em uma literária associação, os diversos factos da nossa história e os esclarecimentos geográficos, de nosso pais para que possam ser offerecidos ao conhecimento do mundo, purificado dos erros e inexactidões que os mancham em muitos impressos, tanto nacionais como estrangeiros. .”(RIHGB, 1839, T.I:10)*

¹³ Para Balandier, o poder “*não consegue manter-se nem pelo domínio brutal, nem pela justificação racional.Ele só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens,pela manipulação de simbolos e sua organização em um quadro cerimonial.*”(Balandier: 1982; 7).

¹⁴ Ver sobre o assunto, Iglesias: 2000.

¹⁵ Segundo propõe Baczko, “*Na maioria das representações coletivas, não se trata da representação única de uma coisa única, mas sim de uma representação escolhida mais ou menos arbitrariamente a fim de significar outras e de exercer um comando sobre as práticas.*” (Baczko: 1985; 306)